

Comecem pelo primeiro-ministro

Villas-Bôas Corrêa

Como não é possível que presidencialistas e parlamentaristas contabilizem, em listagens cuidadosas, maioria na Comissão de Sistematização e no plenário, alguém está enganado ou blefando. Ou ainda, o que parece mais provável, a obtusa divergência entre grupos parlamentaristas em torno do acessório, antes de consolidada a decisão sobre o principal, estimulou a reação dos presidencialistas, recuperando-os do desânimo e relançando o presidente José Sarney na ousadia de uma articulação assumida a todo risco. E restabeleceu-se a confusão e a dúvida.



O prazo para a apresentação do substitutivo do relator na Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, termina hoje e em torno da definição fundamental sobre o sistema de governo paira interrogação paralisante. Nenhuma outra negociação pode prosseguir antes que se estabeleça, por acordo consensual ou a clara evidência da inclinação majoritária, se teimamos na reabilitação do presidencialismo, retocado pela tintura do fortalecimento do Legislativo — uma espécie de engodo para seduzir senadores e deputados hesitantes, como quem engambela menino com nacos de rapadura — ou se, na ânsia de mudar alguma coisa, já que a Constituinte está resvalando para um conservadorismo empedernido, principia-mos por trocar o regime.

A névoa que envolve a Constituinte, às vésperas das primeiras rodadas decisivas, denuncia o erro da imperdoável omissão malandra do PMDB — a fugir de si mesmo, do racha de decisões num partido que sobrevive da administração escapista das suas dubiedades — não bancando um anteprojeto que racionalizasse os debates, hierarquizando as decisões.

Sem anteprojeto, partindo do nada, a Constituinte continua perdida. E o que é pior é que não pode mais desperdiçar o tempo, pois o calendário aperta prazos e aproxima as datas fatais.

O que a Constituinte não conseguiu fazer, em mais de sete meses — marcando passo no mesmo lugar ou avançando para depois recuar — terá que atamancar em cima da perna, nos sacolejos da crise, num quadro dos mais adversos.

Paciência. Não há remendo possível, não se pode passar a borracha nos rabiscos dos equívocos e começar tudo de novo.

Mas, talvez, um pouco de realismo, de objetividade pragmática ajude a desfazer a bruma e a clarear horizontes. Ora, pelo que se conhece da invariável crônica de situações assemelhadas, a teoria não é o forte dos nossos homens públicos. Um entendimento em torno da definição do futuro

que se inaugura amanhã — e que pode ser antevisto com a nitidez de um negativo fotográfico revelado e que só falta copiar — não pode deixar de colocar, ali no preto e branco, acertos essenciais. Sem os quais as coisas não andam, embolam, encaroçam, parecem e de fato se tornam insolúveis.

Bem, se os parlamentaristas se entenderem entre si, escapulindo do ridículo de um empacamento inacreditável, o bom senso recomenda que desobstruam os canais de negociação com o presidente Sarney colocando algumas questões menores, do receituário do cotidiano, o feijão com arroz do dia-a-dia. Por exemplo, abrindo a especulação sobre a escolha do eventual primeiro-ministro da estréia do parlamentarismo.

Como não há ambições podadas para a humildade de candidaturas à chefia do gabinete parlamentarista, o tema está virgem, intocado. E sobre ele pousa a convicção de que ninguém afastaria o dr Ulysses Guimarães de um páreo sem competidor. Entende-se: o dr Ulysses é candidato natural a tudo. Desde a sua histórica participação na campanha das diretas e em toda a luta contra o arbítrio, a sociedade contraiu com o dr Ulysses uma dívida eterna e irredimível. Tudo é para o dr Ulysses e ainda é pouco para saldar a gratidão nacional regada pelo remorso da sua não eleição para presidente da República ou o arrependimento de posteriores desacertos. Se o PMDB imaginasse uma substituição definitiva no trauma da madrugada de 14 para 15 de março de 86, quem teria sido empossado seria o dr Ulysses, nunca o vice José Sarney. Torcer a interpretação do texto constitucional não custaria mais do que acolher a opinião do dr Leitão de Abreu.

São águas passadas. Mas que empoçaram adiante e não secam, resistentes à evaporação.

As relações do presidente José Sarney e do dr Ulysses são de uma cordialidade exibicionista que não dissimula a crescente e insuperável rivalidade inamistosa. O dr Ulysses encara o presidente como o impostor que o destino aparafusou na cadeira que era sua por todos os direitos de precedência, legitimidade e conquista. E o presidente identifica no dr Ulysses o tutor incômodo do seu governo, obstinado na pretensão de manipulá-lo com o controle dos cordéis que transmitem movimento artificial às marionetes.

Quando se prevê para o presidente a provável mudança do sistema de governo, Sarney visualiza o horror do dr Ulysses primeiro-ministro, lavando a alma na desforra de agravos e no acerto de conta de frustrações e ressentimentos. Mandando no governo, nomeando ministros os cupinchas da turma do *poire* invadindo o seu gabinete com ares de dono e senhor, sem pedir licença. Insuportável. Sarney recrudescer.

Ao fundo, como a pedra no sapato magoando o pé esfolado, o senador Mário Covas, de coração recauchutado pelas safenas e mamária, liderando o PMDB.

Com tais entraves, o parlamentarismo não anda. Para destravá-lo é preciso cair no real. Começar por um consenso sobre o primeiro-ministro. E, claro, que não seja o dr Ulysses...